

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**THIAGO BENITES LEMOS**

**ANÁLISE SOBRE FINANCIAMENTO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE  
CUIABÁ E A GESTÃO ESCOLAR NO ANO 2020**

**Cuiabá-MT  
2022**

**THIAGO BENITES LEMOS**

**ANÁLISE SOBRE FINANCIAMENTO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE  
CUIABÁ E A GESTÃO ESCOLAR NO ANO 2020**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à FACC – Faculdade de  
Administração e Ciências Contábeis,  
Departamento de Ciências Contábeis,  
como pré-requisito parcial para  
aprovação na disciplina de Trabalho de  
Conclusão de Curso.

Orientador: Professor Me. João Soares da  
Costa

**Cuiabá-MT  
2022**

**FOLHA DE APROVAÇÃO****THIAGO BENITES LEMOS****ANÁLISE SOBRE FINANCIAMENTO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE  
CUIABÁ E A GESTÃO ESCOLAR NO ANO 2020**

Monografia defendida e aprovada em 14/07/2022 pela banca examinadora  
constituída pelos professores:

---

Prof. Me. João Soares da Costa – Orientador  
Presidente

---

Prof. Dr. Paulo Sérgio Almeida dos Santos  
Membro

---

Prof. Me. Ney Mussa de Moraes  
Membro

## **AGRADECIMENTOS**

A elaboração deste trabalho não teria ocorrido sem a permissão de Deus e a colaboração de diversas pessoas que ao longo da minha trajetória que contribuíram direta e indiretamente para que esta “missão” fosse concluída, por este fato gostaria, de manifestar meus sinceros agradecimentos primeiramente a Deus e a todos os demais que me ajudaram nesta caminhada, e que foram fundamentais neste processo.

*[...] Não é certo então, que para lembrar-se, seja necessário se transportar em pensamento para fora do espaço, pois pelo contrário é somente a imagem do espaço que, em razão de sua estabilidade, dá-nos a ilusão de não mudar através do tempo e de encontrar o passado no presente; mas é assim que podemos definir a memória; e o espaço só é suficientemente estável para poder durar sem envelhecer, nem perder nenhuma de suas partes (HALBWACHS, 1990, p. 160).*

## **RESUMO**

O presente trabalho analisou os impactos sobre as finanças do município de Cuiabá (MT), no que se refere ao capital investido nas escolas do município em 2020. Foram utilizados dados da dos Portais da Transparência e das secretarias de finanças do referido município, além de relatórios técnicos e trabalhos acadêmicos sobre a temática. Concluiu-se que Cuiabá apresentou um desempenho baixo devido à escolhas da administração, sua capacidade fiscal e, o município que teve perda de arrecadação na fase inicial, em função de ter tomado medidas mais severas quanto ao distanciamento social. Cuiabá teve uma trajetória de declínio e menor capacidade gerencial, o município teve o pior resultado em distribuição financeira para as escolas, devido à fatores externos na administração.

**Palavras-chave: Município, financiamento, Cuiabá.**

## **ABSTRACT**

The present work analyzed the impacts on the finances of the municipality of Cuiabá (MT), with regard to the capital invested in the schools of the municipality in 2020. technical reports and academic works on the subject. It was concluded that Cuiabá presented a low performance due to poor administration, its fiscal capacity and the municipality that had a loss of revenue in the initial phase, due to having taken more severe measures regarding social distancing. Cuiabá had a trajectory of decline and less managerial capacity, the municipality had the worst result in financial distribution to schools, due to poor administration.

**Keywords: Municipality, financing, Cuiabá.**

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

FUNDEF- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios.

PNE- planos de educação. (Plano de Educação)

PEE- Planos Estaduais de Educação.

FNP- Frente Nacional de Prefeitos.

PME- Planos Municipais de Educação

SEDUC- Secretaria de Educação.

SME-Secretaria de Educação.

SME-Secretaria Municipal de Educação.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Valores investidos na educação do município no país.....p.21

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2.DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 Ciclo de Políticas Públicas Educacionais e econômica. ....</b>	<b>14</b>
<b>3.GESTÃO E FINANCIAMENTO ESCOLAR.....</b>	<b>17</b>
<b>4.GESTÃO E REPASSE RELACIONADO AO FINANCIAMENTO DAS ESCOLAS NA CIDADE DE CUIABÁ-MT, EM 2020: ANÁLISE DOS GASTOS NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL.....</b>	<b>19</b>
<b>5.METODOLOGIA.....</b>	<b>23</b>
<b>6.CONCLUSÃO.....</b>	<b>24</b>
<b>7.REFERENCIA BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>26</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A educação é uma atividade inerente à natureza humana, uma vez que visa à inserção das novas gerações no mundo. É por meio da educação que a sociedade humana transmite seu legado cultural e estabelece valores e normas de convívio social. Conforme ressaltou Hanna Arendt (1996) a sociedade humana não é estática. Ela se renova permanentemente com o nascimento de novos seres humanos. Os pais têm a tarefa de acolher seus filhos no contexto familiar e, ao mesmo tempo, de introduzi-los no mundo. Pela educação, os pais assumem dupla responsabilidade: pela vida/ desenvolvimento da criança e pela continuidade do mundo.

Na sociedade letrada cabe à escola a tarefa de ampliar a educação que é iniciada no contexto familiar facilitando a transição da família para o mundo. Nesse sentido, faz-se necessário estrutura para que os educadores possam contribuir na inserção da criança no mundo e de potencializar a sua formação com ser social. Esta tarefa exige responsabilidade com a criança e com o mundo e, por conseguinte, exercício da autoridade, o bom funcionamento do capital público e gestão de maneira eficaz.

No contexto do mundo globalizado, marcado por expressivas contradições econômicas, políticas e sociais a atuação docente é significativamente relevante, mas não é possível se faltam elementos para a prática da Educação. Isso se deve à má gestão dos cofres públicos, que impossibilitam a eficácia da qualidade do ensino tanto a nível municipal, quando o Estadual. Esse ponto da questão é o mais relevante, levando em conta que estamos em um processo pandêmico desde os finais do ano de 2019.

As receitas municipais e a arrecadação de impostos, cobrança de taxas e transferências da união, foram afetados. De acordo com o Art. 156 da Constituição Federal é de competência dos municípios instituir impostos sobre a propriedade urbana, serviços de qualquer natureza, ainda podem gerar receitas por meio de cobrança das taxas e multas, os municípios ainda podem explorar seu patrimônio e produzir receitas por meio de aluguéis, vendas de imóveis e aplicações financeiras. No entanto toda essa situação foi afetada, sobretudo no ano de 2020 nas escolas municipais.

Embora não estivéssemos preparados para uma patologia avassaladora, também não houveram a distribuição de materiais de higiene para conter de certa maneira o vírus. Nesse momento vamos dar destaque a gestão econômica nas instituições de ensino na cidade de Cuiabá-MT, localizada na região centro oeste do país.

Entendemos que a educação seja considerada um direito universal ela não se efetiva como tal, sobretudo nas questões que regem a parte econômica no município do Estado de Mato Grosso. Este é um dos paradoxos do nosso país que, na atualidade, integra o G20<sup>1</sup>, sendo uma das economias emergentes, porém com baixo desempenho em termos de combate à pobreza e à injustiça social<sup>2</sup>. (PARO, 2020). A desigualdade social no Brasil se expressa na exclusão de um grande contingente de pessoas da escolarização. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que o analfabetismo continua sendo uma chaga nacional. Em 1992, o número de analfabetos correspondia a 16,4% da população. Esse índice caiu para 10,9% em 2002 e para 10% em 2008. No ano de 2009 verificou-se uma nova queda para 9,7%. Estes dados indicam avanços, mais ainda há muito para se fazer em termos de acesso e permanência na escola, bem como em termos de oferta de educação de qualidade.

A defesa da educação de qualidade é utilizada como argumento para a ampla reforma que está em curso, nas últimas décadas, no Brasil e em todo o mundo, no entanto, sem condições eficazes na gestão escolar essa não é a realidade do nosso município. (PARO, 2020).

Tal reforma promove mudanças significativas no cenário educacional, sobretudo em termos quantitativos, fato que se expressa na elevação do número de matrículas na educação básica. Todavia, estudos realizados por Davies (2008) sobre financiamento da educação indicam que o Estado e o Município do Estado de Mato Grosso, não tem cumprido com a exigência constitucional relativa à receita para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). O autor chama atenção ainda para a fragilidade da atuação dos órgãos fiscalizadores, sobretudo no que diz respeito às variadas interpretações adotadas pelos tribunais de contas sobre o cálculo das receitas e despesas vinculadas à MDE. Esse fato teve implicações no financiamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) bem como do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB).

---

<sup>1</sup> O G20 é um grupo que reúne 19 países de países desenvolvidos e emergentes mais a União Europeia. Criado em 1999, após a crise financeira que atingiu a Ásia em 1997, o grupo tem o objetivo de aproximar economias desenvolvidas como a dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França e em desenvolvimento como a do Brasil, Índia e México e estabilizar o mercado financeiro mundial. Conforme consta no site: [www.noticias.r7.com.br](http://www.noticias.r7.com.br)

<sup>2</sup> Conforme informações de Lima (2012), divulgadas no site [http://colunas.globo.com/o\\_filtro/tag/g20/](http://colunas.globo.com/o_filtro/tag/g20/)

Considera-se que para se ter uma educação de qualidade, é relevante investir, não somente em cursos de formação, mas salários dignos e estrutura para oferecer tal educação escolar. A valorização docente é aqui entendida como formação de qualidade, condições adequadas de trabalho e salários que assegurem não apenas a sobrevivência do profissional da educação, mas também a sua vivência em um ambiente rico em elementos da cultura. Para que o professor possa apresentar o mundo às gerações que nele chegam exercendo sua tarefa com responsabilidade, conforme realçou Arendt (1996), é necessário que ele também tenha acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade. Referimo-nos aqui à possibilidade de acesso a espaços como bibliotecas, museus, cinemas, teatro, etc. Entendemos, destarte, que a profissionalização não se restringe à formação inicial, embora esta seja um fator decisivo para o exercício da responsabilidade docente. Toda essa temática gira em torno das políticas públicas e que envolvem órgãos internacionais como por exemplo os bancos financiadores dessa gestão. (PARO, 2020).

Não vamos tratar das questões que envolve a má administração financeira, educacional e ideológica da secretaria de educação –SEDUC; buscamos nosso foco nas questões políticas e financeiras que geram a educação a nível municipal, no entanto vale ter em conta que é o município que recebe a verba do Governo para arcar com as despesas escolares, mas é sabido que não temos enxergado a aplicação eficaz desse capital as instituições escolares, então para onde vai esse capital?

A fragilidade da educação e da gestão financiadora para que ocorra eficácia, está envolvido em um ciclo de políticas que deve ser manifestado, entendido e aplicado da melhor maneira possível. Não obstante isso, o prefeito da cidade de Cuiabá já foi alvo de inúmeras fraudes, dentre elas o dinheiro público escolar. Assim como, temos em nosso governo um secretário bacharel em engenharia, sem formação na educação, e um adjunto Amauri Fernandes que foi denunciado pela justiça por fraude no Estado do Paraná, o que consequentemente levou o bloqueio de seus bens financeiros pela justiça. Logicamente, tanto para o município para o Estados, tais servidores são “alvos”.

Desta maneira elencamos nossos objetivos Geral e Específicos, o primeiro é: Como ocorreu o financiamento nas escolas municipais de Cuiabá e a gestão escolar no ano de 2020. Os específicos, podemos classifica-los: Compreensão sobre o Ciclo de Políticas Públicas Educacionais e econômica. Entender como ocorreu o financiamento escolar no município de Cuiabá no ano de 2020. levantar questões sobre a gestão e repasse relacionado ao financiamento das escolas na cidade de cuiabá-mt, em 2020: análise dos gastos na educação municipal.

Diante da grave situação que a educação vem passando e cada vez se agravando mais, buscamos responder a seguinte **pergunta problema**: Diante das possíveis causas do fracasso na gestão escolar do município de Cuiabá, no que se refere ao capital “investido” na educação, como tal possibilidade atingiu as esferas educacionais? Consideramos como resposta desse estudo que o financiamento do dinheiro para/da educação em todos os níveis pode chegar à escola de forma que se possa gastar com qualidade, com planejamento, com o foco, baseado em estratégias referenciadas pela ação efetivados governos, das instituições que representam a educação e da sociedade civil. O referido estudo justifica-se na compreensão de como se arquiteta a interferência das políticas no financiamento da/na educação.

Na primeira seção deste trabalho são expostos os conceitos e definições sobre Ciclo de Políticas Públicas Educacionais e econômicas. A segunda seção apresenta o tópico gestão e financiamento escolar. Financiamento das escolas na cidade de Cuiabá-MT, em 2020, é exposto na terceira seção. Quarta seção a metodologia empregada. E, por fim, na quinta seção são feitas as considerações sobre a gestão e financiamento educacional.

## **2.DESENVOLVIMENTO**

### **2.1.Ciclo de Políticas Públicas Educacionais e economicas.**

A valorização docente é aqui entendida como formação de qualidade, condições adequadas de trabalho e salários que assegurem não apenas a sobrevivência do profissional da educação, mas também a sua vivência em um ambiente rico em elementos da cultura. Para que o professor possa apresentar o mundo às gerações que nele chegam exercendo sua tarefa com responsabilidade, conforme realçou Arendt (1996), é necessário que ele também tenha acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade.

Referimo-nos aqui à possibilidade de acesso a espaços como bibliotecas, museus, cinemas, teatro, etc. Entendemos, destarte, que a profissionalização não se restringe à formação inicial, embora esta seja um fator decisivo para o exercício da responsabilidade docente. (PARO, 2020). No entanto para que haja eficácia em toda gestão educacional, houve a criação do FUNDEB Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Seu objetivo é a articulação e esforços dos entes federados para garantir a regulamentação de natureza contábil, representando um avanço na no financiamento da educação básica nacional. Aliados ao redimensionamento do financiamento da educação básica, destacam-se os planos de educação, notadamente o PNE, os Planos Estaduais de Educação (PEE) e os Planos Municipais de Educação (PME).

Se entendidos como planos de Estado, estes deveriam implicar redimensionamento das políticas, gestão economia e, fundamentalmente, da lógica de financiamento e, portanto, do orçamento público. Diante deste entendimento julgamos necessário explicitar a concepção de política que orienta a questão da gestão do capital aplicado a educação, economicamente nosso ponto de vista aponta para diversas esferas como o ciclo de políticas que envolve o financiamento econômico na educação advindos de movimentos internacionais. (NOVOA, 2020).

Entendemos política econômica na educação como a acepção apresentada por Mouffe (2001), ou seja, como uma atividade inerente à natureza humana. Refere-se “à reunião de práticas, discursos e instituições que buscam estabelecer certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são potencialmente conflitantes.” (MOUFFE, 2001, p.417). Os conflitos resultam do antagonismo que, inevitavelmente, está presente nas relações sociais, políticas e econômicas.

Políticas referem-se, portanto, a um complexo processo de esforço de definição de ações coletivas codificadas em meio a disputas, compromissos, interpretações e reinterpretções. Os processos de decodificação das políticas são igualmente complexos, conforme observou Stephen Ball.

Podemos ver as políticas como representações codificadas de modo complexo (via disputas, compromissos, interpretações e reinterpretções da autoridade pública) e decodificadas (via interpretações e significados dos autores, segundo sua histórias, experiências, habilidades, recursos e contextos) de modo igualmente complexo. A política é, por sua vez, controversa e cambiante (BALL, 2002, p. 21).

A dinâmica do mundo globalizado torna o processo de produção das políticas ainda mais complexo. A notória influência do contexto global nas políticas dos diferentes países explica porque alguns autores falam em “convergência de políticas”, “transferência de políticas”, “empréstimo de políticas”, “epidemias de políticas” e até mesmo no “fim da política” (BALL, 2001).

No campo educacional a similaridade nas orientações das políticas é evidente. Porém, conforme observou Ball (1991, 2001, 2004, 2006) as políticas não são traduzidas como uma receita pronta. A “tradução” das políticas e economia na educação é marcada por processos de recontextualização. Por esta razão, esse autor prefere conceber as políticas como um ciclo que mantém articulação entre três contextos principais: de influência, de produção do texto e da prática.

Mainardes (2006) descreveu a abordagem do ciclo de políticas defendido por Stephen Ball. Em nossa compreensão, tal abordagem pode ser sumariada conforme o que segue. O contexto de influência relaciona-se com o global e o local. Nele ocorrem disputas entre discursos veiculados pelo poder público, por grupos econômicos nacionais e internacionais, por movimentos sociais, partidos políticos, instituições, comunidades disciplinares e epistêmicas, enfim, por um coletivo de grupos sociais interessados em exercer influências na formulação e nos destinos da política. (LIBÂNEO, 2019).

O contexto de produção do texto político articula-se com o contexto de influência e reflete os conflitos e confrontos dos discursos circulantes. Constitui-se também num espaço de enunciação, disputa, negociação e articulação de sentidos que dão base à representação política. Os textos políticos são, assim, uma forma de representação da política. O contexto da prática é onde a política pode produzir efeitos e consequências.

Porém, nele ocorrem também hibridismo e recontextualizações que podem promover mudanças e transformações significativas nas decisões formuladas nos demais contextos.

Uma das características marcantes do nosso tempo é o fluxo de ideias veiculadas nos diversos contextos. Nesse sentido, é imperativo destacar que os diversos atores (governamentais e não-governamentais) que participam da formulação das políticas buscam produzir coalizões e alinhamentos (em alguns casos transnacionalizados) a fim exercer maior influência na produção de textos políticos. (LIBÂNEO, 2019). Em se tratando de políticas educacionais, a influência do contexto global pode ser ilustrada pelo relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Financiamento na Educação para o século XXI. (PARO, 2020). No referido relatório à comissão manifesta esforços no sentido de: elaborar raciocínios que pudessem apresentar um quadro prospectivo dominado pela globalização; selecionar as questões importantes e que se colocam em qualquer parte do mundo, e traçar algumas orientações válidas, tanto em nível nacional como mundial. (NOVOA, 2020). Ao apresentar esta perspectiva buscamos explicitar nosso entendimento de que a questão aqui analisada faz parte de um complexo processo de produção e de desenvolvimento das políticas educacionais e a economia gesticulada por tais órgãos. (LIBÂNEO, 2019).

### **3.GESTÃO E FINANCIAMENTO ESCOLAR.**

As demandas do mundo globalizado têm motivado a promoção de reformas educacionais em diversos países, a fim de sintonizar a educação com as exigências requeridas pelo ritmo vertiginoso das transformações que ocorrem nas várias dimensões da vida humana, notadamente no contexto da produção econômica. Tais reformas dão centralidade ao campo das políticas educacionais, gestão e financiamento ofertado para uma educação de qualidade (LOPES, 2002, 2004, 2008; ABREU, 2002; LOPES & MACEDO, 2002, 2011; DIAS, 2011).

Diversas análises realçam que, no Brasil, houve a desconcentração de ações educacionais de forma muito mais efetiva do que a descentralização garantidora de autonomia aos entes federados. (IDEB, 2019). Ou seja, o que ocorre é a transferência de competências de um ente federado para outro, resultando na manutenção de ações pontuais e focalizadas de apoio técnico e financeiro, em detrimento de ampla política de planejamento, financiamento e gestão da educação no município de Cuiabá-MT. No que se refere ao município de Cuiabá, a gestão escolar garante que Projeto voltados para a Educação, possui um custo financeiro para que o mesmo possa ser oferecido como formação gratuita aos profissionais, tendo acesso ao material pedagógico lúdico e criativo. Tal projeto é uma parceria com o Instituto Brasil Solidário, a Prefeitura de Cuiabá, por meio da Secretaria Municipal de Educação, o referido projeto visa atender cerca de 83 unidades educacionais da rede municipal pública de ensino. (PARO, 2020).

Sendo um projeto lúdico, seu manuseio ocorre utilizando um jogo de tabuleiro e outro de cartas, a proposta pretende desenvolver as habilidades de poupar, empreender e investir, com atividades que podem ser realizadas a partir dos primeiros anos escolares, utilizando um método leve, divertido e interativo. No entanto, esse investimento acaba se perdendo ou sendo utilizado em outras esferas municipais, deixando claro o fracasso da gestão econômica e financeira no município de Cuiabá-MT. (IDEB, 2019).

A despeito disso, predominam, no cenário educacional, vários processos de regulação que permeiam o cotidiano dos sistemas de ensino e das escolas públicas, sob a hegemonia da União, por meio da indução de políticas de financiamento de ações e programas governamentais. Paralelamente à regulação nacional, assiste-se, portanto, ao desenvolvimento de processos formais e informais de regulação no nível dos territórios e das organizações. (NOVOA, 2020).

Pensar as políticas e a gestão de financiamento da educação no Brasil, sobretudo partir da defesa de um padrão de qualidade socialmente referenciada, nos insere no desafio de pensar a lógica centralizada e autoritária que tem permeado as políticas educacionais para todos os níveis de ensino, particularmente para a educação básica. Esse nível de ensino, composto pela educação infantil, ensino fundamental e médio, possui estruturação complexa e heterogênea, fortemente balizada por múltiplas formas de regulação e controle, incluindo a ação do MEC, dos sistemas de ensino e das escolas (caracterizadas como espaço de regulação importante na materialização das políticas). (HOLLY, 2021).

A arrecadação da Prefeitura de Cuiabá no ano de 2019 alcançou o montante de R\$ 2.271.293.329,32, nele estão incluídos impostos e taxas municipais, repasses constitucionais (Fundo de Participação dos Municípios - União, cota parte do ICMS, IPVA). Em suas receitas correntes as transferências advindas do estado e a união ganham maior destaque representando 55,65% da receita total do município (R\$1.263.952.599,62), quanto a exploração da sua plataforma de impostos o município arrecadou R\$742.168.212,00 o que representou 32,68% nas receitas (PORTAL TRANSPARÊNCIA CUIABÁ, 2020).

Analisar o gasto público é analisar a materialidade da política pública e compreender o seu efetivo papel. O gasto público das quotas municipais, para fins que corresponde aos dispêndios realizados pela administração pública municipal, financiados com recursos da referida contribuição social. A análise do gasto é uma boa aproximação quantitativa disponível para mensurar a ação pública nas áreas sociais. (NOVOA, 2020).

#### **4.GESTÃO E REPASSE RELACIONADO AO FINANCIAMENTO DAS ESCOLAS NA CIDADE DE CUIABÁ-MT, EM 2020: ANÁLISE DOS GASTOS NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL**

No ano de 2020 a Secretaria Municipal de Educação (SME), repassou aproximadamente R\$ 6 milhões para manutenção das unidades de ensino. Embora existam aspectos positivos nas últimas décadas, no que diz respeito a melhorias da educação, fruto da globalização, ainda é extremamente delicada a apresentação da figura das escolas públicas e seus resultados, por isso, tal repasse de R\$ 6 milhões foram constituídos em quatro parcelas anuais, e utilizados para aquisição de materiais de consumo e permanente, necessários ao funcionamento das escolas e creches.

Vale lembrar que o assunto em tela é pouco estudado, sobretudo o financiamento da educação. Entendemos que a construção do perfil de gastos é de grande importância para conhecermos melhor o padrão de financiamento das redes públicas, a sistemática de planejamento e a aplicação dos recursos. Também é uma forma de oportunizar a conscientização fiscal e aumentar o controle social. (HOLLY, 2021).

O secretário municipal de Educação, acredita que esse repasse pode promover a autonomia financeira às unidades de ensino. Assim como, aos conselhos escolares cabem elaborar, junto à equipe gestora, o Plano de Aplicação financeira dos valores recebidos, além de verificar as necessidades da unidade de ensino, acompanhar e monitorar a utilização dos recursos e realizar a prestação de contas para a Secretaria de Educação, isso inclui 24 creches filantrópicas conveniadas ao município receberam R\$ 2,20 milhões, parcelado em 10 vezes. (NOVOA, 2020). No entanto, a preocupação com o planejamento na aplicação dos recursos fica evidenciada na vinculação da aplicação dos recursos à elaboração de “planos de aplicação” a serem aprovados pelos Conselhos Estaduais de Educação em conformidade com os critérios fixados pelo Conselho Federal de Educação (BRASIL, 1964). É possível observar que a obtenção da escola popular de boa qualidade não é uma questão técnica, mas predominantemente política. Tal insucesso é atribuído a irresponsabilidade do fracasso da escola pública municipal e à ineficiência do gasto do dinheiro público. (HOLLY, 2021).

A chegada da pandemia de covid-19 ao Brasil, em março de 2020, foi responsável por adaptações significativas na rotina das pessoas. Na educação, escolas foram fechadas e o ensino não presencial passou a ser adotado como forma de minimizar os impactos do

distanciamento professor-aluno sobre a aprendizagem. As modificações levaram ao corte de algumas despesas ligadas ao custeio das escolas, o que possibilitou redução de gastos com educação aos municípios. Cuiabá e Várzea Grande, os dois maiores municípios do estado de Mato Grosso, estão na lista de cidades que reduziram seus gastos com o setor em 2020. Conforme dados do Anuário Multi Cidades publicado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), as reduções foram de -5,2% e -2,3%, respectivamente, na comparação entre os anos de 2019 e 2020.

A redução de gastos da capital mato-grossense esteve bem próxima da observada nacionalmente, que foi de -5,3%. Enquanto em 2019 foram gastos R\$ 47.212.470,00, o número caiu para R\$ 44.741.920,00 em 2020. Em Várzea Grande, os gastos passaram de R\$ 16.450.640,00 em 2019, para R\$ 16.070.190,00 em 2020. Por aluno, em 2020, Cuiabá gastou o equivalente a R\$ 8.601,73, e Várzea Grande o equivalente a R\$ 5.811,58. Conforme destaca o anuário, em todo o Brasil, o desembolso com educação teve a maior redução já registrada em toda a série histórica iniciada em 2002, passando de R\$ 182,56 bilhões em 2019 para R\$ 172,83 bilhões em 2020.

As maiores reduções estão ligadas aos gastos com limpeza, transporte escolar, água, luz, telefone, alimentação dos alunos e segurança, entre outros, bem como os contratos temporários de professores, uma vez que, no sistema remoto, parte dos docentes pôde atender a diversas turmas simultaneamente. (HOLLY, 2021). Entendemos, conforme a lei que rege o financiamento para a educação, que o dinheiro que abastece a mesma vem de duas fontes, cerca de 20% do total de verbas, é denominado o salário-educação, uma contribuição social feita pelas empresas ao governo com valor correspondente a 2,5% da folha de pagamento anual. (NOVOA, 2020). Os outros 80% vêm dos impostos, que são convertidos em orçamento municipal, estadual ou federal. É relevante entendermos de onde vem a verba para compreendermos os valores financeiros para a educação do município de Cuiabá. Estudos evidenciam que situação da invisibilidade do Salário-Educação no orçamento público dos municípios, não desperta interesse da sociedade, pois nada de relevante é nele decidido. O Salário-Educação são utilizados para os pequenos gastos, como material de consumo e pequenos reparos de manutenção das escolas. (IDEB, 2019).

No entanto, muitas divergências ocorreram no que se refere a distribuição econômica para as instituições de ensino do município. No ano de 2020 o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) não cumpriu a Lei Federal nº 14.276/21, que determina que o saldo da sobra do excedente do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica. A lei nº 14.276/21, de dezembro de 2021, ratifica o direito ao rateio das sobras do FUNDEB para os servidores da educação. No artigo 26 da citada lei, no parágrafo segundo, os recursos oriundos do FUNDEB, para atingir o mínimo de 70% dos recursos anuais dos totais dos Fundos destinados ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, poderão ser aplicados para reajuste salarial sob forma de bonificação, abono, aumento de salário, atualização ou correção salarial. (IDEB, 2019).

Já no ano de 2021 o município de Cuiabá recebeu em do Ministério da Educação R\$ 300.181.150,13, referente ao FUNDEB. Estima-se que mais de R\$ 60 milhões é o valor da sobra do saldo excedente dos recursos do FUNDEB enviado para Cuiabá. Entretanto, até o momento a Secretaria Municipal Educação não emitiu nota pública de quanto oficialmente é o valor da sobra do FUNDEB. Essa passividade em dar transparência a este importante assunto tem deixado revoltado os servidores da educação. (IDEB, 2019).

Na análise dessas informações, o conteúdo das leis orçamentárias do município de Cuiabá, a principal constatação foi a invisibilidade no processo orçamentário, poucassão as leis orgânicas que estimam a receita de recursos para a Educação e estabelecem a previsão de despesas e recursos para as instituições de ensino. (LIBÂNEO, 2019). No entanto, o valor absoluto na Educação brasileira ainda é consideravelmente inferior ao observado nos melhores sistemas educacionais do mundo. Mas o que nos chama a atenção é o fato de que, em 2020, mesmo diante da pandemia, estados e municípios reduziram consideravelmente suas despesas em Educação. Isso deve-se ao gasto de água, energia, materiais de consumo, dentre outros elementos necessários para o funcionamento presencial de uma instituição escolar. É o que podemos observar na tabela abaixo:

Tabela1-Valores investidos na educação do município no país.

**Despesas municipais anuais empenhadas na função Educação – 2019-2020**

Por capitais (Em R\$ milhões de 2020)

Capitais	2019	2020	Variação %
Porto Velho	361	315	-12,8
Rio Branco	186	161	-13,5
Manaus	1.478	1.516	2,6
Boa Vista	329	325	-1,2
Belém	524	508	-2,9
Macapá	199	208	4,9
Palmas	323	320	-1,1
São Luís	700	687	-1,8
Teresina	592	523	-11,7
Fortaleza	1.546	1.557	0,7
Natal	444	449	1,1
João Pessoa	465	448	-3,5
Recife	1.051	938	-10,8
Maceió	357	-	-
Aracaju	220	206	-6,2
Salvador	1.352	1.296	-4,1
Belo Horizonte	1.907	1.872	-1,9
Vitória	458	409	-10,6
Rio de Janeiro	5.100	4.841	-5,1
São Paulo	13.423	13.526	0,8
Curitiba	1.364	1.306	-4,3
Florianópolis	525	459	-12,5
Porto Alegre	656	1.039	58,3*
Campo Grande	885	845	-4,6
Cuiabá	477	447	-6,2
Goiânia	1.028	983	-4,4

**Fonte:** Siconfi/Finbra – RREO. Demonstrativo das despesas por função/subfunção). Elaboração: Todos Pela Educação.

## 5. METODOLOGIA

Quanto a metodologia adotada, trata-se de uma análise bibliográfica de cunho qualitativo/quantitativo. Observa-se, conforme a literatura que o método qualitativo proporciona, a construção de novas abordagens, criação e revisão de conceitos no decorrer da investigação, permitindo ao pesquisador descobrir processos sociais ainda pouco conhecidos em relação a grupos particulares caracterizando-se pela compreensão do processo estudado ou da lógica interna do grupo, não requerendo uso de métodos e técnicas estatísticas (MINAYO, 2009; GIL, 2002) <sup>4</sup>. Busca-se nas literaturas como o capital aplicado na educação tem tido eficácia e seus reflexos para com os alunos, assim como, com todos que atuam nesta esfera. Para tal metodologia faz-se necessário estar inteirado de como acontece as análises das técnicas de leitura, observação, inclusão e exclusão de elementos que devem favorecer o referido estudo, tais recursos que devem ser utilizados para o seu desenvolvimento cognitivo e para a sua autonomia.

A pesquisa se caracteriza como qualitativa, que de acordo com Gerhardt e Silveira (2001)<sup>5</sup>, não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Com relação ao objetivo, a pesquisa se classifica como exploratória-bibliográfica, que visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007) <sup>6</sup>. Com base nas características da pesquisa, optou-se pelo estudo de caso. Segundo Gerhardt e Silveira (2001) <sup>7</sup>, esse pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característica

A sua análise dos dados, é feita de forma indutiva e o pesquisador importa-se muito por tentar compreender o significado das literaturas. Já a investigação qualitativa faz uso principalmente de metodologias que possam criar dados descritivos que permitirá observar, ler, compreender e analisar textos que servem para a investigação. Considerando que é um caso em específico, este estudo, isto é, um estudo de caso que busca levantar questões sobre os investimentos aplicados na educação pelo Estado de Mato Grosso.

- **Critério de inclusão:** Os sujeitos de pesquisa são textos que tratam sobre o capital investido na educação pelo Estado de Mato Grosso, neste sentido, serão utilizados,

documentos, livros, artigos e demais fontes que possam enriquecer o estudo em questão.

- **Critério de exclusão:** Estarão excluídos deste critério, qualquer profissional que atua na área em questão. Utilizaremos apenas as literaturas.

Já utiliza-se também a metodologia quantitativa como forma de explicar através de uma investigação sistêmica dos fenômenos observáveis através da coleta de dados digitais, analisados utilizando métodos baseados em técnicas matemáticas, estatísticas ou computacionais. A pesquisa quantitativa envolve a coleta e análise de dados quantificáveis. Aqui a questão da medição é essencial, pois permite a observação empírica e sua conexão com a dimensão conceitual dos dados. Ou seja, analisar os fatos estabelecendo uma análise matemática da relação causa-efeito.

Conclui-se que se fez necessário o uso de estudos mistos para reunir variáveis específicas (no caso, quantitativa) com a visão global do fenômeno (no caso, qualitativa), para enriquecer dados obtidos em situações controladas com dados do contexto natural, reafirmando a confiabilidade e a validade da pesquisa.

## 8. CONCLUSÃO

Pensar e analisar as a gestão econômica da educação no município de Cuiabá é um desafio de pensar a lógica centralizada permeado as políticas educacionais para todos os níveis de ensino, particularmente para a educação básica. O Financiamento da educação é tão complexo, o porquê a ideia de prioridade tem a ver mais com discurso do que ação efetiva e concreta, o porquê de boa parte das políticas públicas para a educação sofrerem processos de descontinuidade. Foram afetados todos os níveis de ensino, composto pela educação infantil, ensino fundamental e médio, que possui estruturação complexa e heterogênea, fortemente balizada por múltiplas formas de regulação e controle, incluindo a ação do MEC, dos sistemas de ensino e das escolas (caracterizadas como espaço de regulação importante na materialização das políticas). Vale ressaltar que à necessidade de compreender o porquê o financiamento da educação é tão complexo, o porquê a ideia de prioridade tem a ver mais com discurso do que ação efetiva e concreta, o porquê de boa parte das políticas públicas para a educação sofrerem processos de descontinuidade, então é preciso um olhar bem claro sobre as situações adversas na educação frente a pandemia em 2020, e aos percalços financeiros repassados para escola municipal.

A pandemia da Covid-19 trouxe muitos desafios para a Educação. O Brasil foi um dos países que mais tempo manteve as escolas fechadas. Em decorrência disso, houve o aumento do abandono escolar e das desigualdades, rompimento do vínculo dos estudantes com a escola e queda na aprendizagem.

A urgência do retorno às aulas presenciais, como forma de amenizar os impactos, foram sublinhadas no novo parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE). Segundo o documento, o desafio que se coloca, sobretudo para as redes públicas da Educação Básica é a necessidade de desenvolver novas estratégias pedagógicas que sejam capazes de recuperar e avançar na aprendizagem. A conectividade de escolas, professores e alunos é outro ponto que continua sendo um problema à espera de solução compatível com sua relevância para o acesso à Educação.

Certamente seria mais fácil se houvesse a coordenação de todas as frentes de ação por parte do MEC, além de um apoio financeiro por parte do governo federal para o preparo das escolas e a garantia de acesso à internet a estudantes e professores da rede pública. Se já tivesse sido instituído por lei o Sistema Nacional de Educação (SNE), previsto no Plano

Nacional de Educação (PNE) e que contribuirá para uma ação coordenada e articulada entre as esferas de governo, os prejuízos da pandemia na Educação teriam sido menores.

Há muito a ser feito para o enfrentamento da pandemia na Educação. O diálogo efetivo e articulação entre as esferas do governo e os três poderes é, mais do que nunca, fundamental para a busca de soluções que garantam a indispensável (e urgente) ações que amenizem os impactos da pandemia para nossas crianças, jovens, educadores e demais profissionais da Educação.

## 9.REFERENCIAS

BRASIL. Lei nº 9424/96, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Diário Oficial da União, Brasília, DF. BGE CIDADES. Ribeirãozinho. Disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/ribeiraozinho/panorama>

HOLLY, Mary Louise. Investigando a vida profissional dos professores: diários biográficos. 2021.

HUBERMAN, Michel. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, Antonio (Org.). Vidas de professores. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2019. p. 31-61.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2019. Introdução.

MATOGROSSO.IDEB.Disponível em <http://www.qedu.org.br/estado/111-mato-grosso/ideb/ideb-por-municipios>. Acesso em: 24 nov. 2019.

NÓVOA, Antonio (Org.). Vidas de professores. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2020. p. 79-110.

PARO, Vitor. Crítica da estrutura da escola. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2020. 248p.

PARO, Vitor. Por dentro da escola pública. 3. ed. São Paulo: Xamã. 2020. 335p.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n3/v36n3a08.pdf>. fev. 2019.